

Sindpd conquista VR e PLR para toda a categoria

Decisão assegurada em Convenção Coletiva quebra paradigmas e consolida acesso aos benefícios

Páginas 6 e 7.



Diretoria do Sindpd participa do Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Direitos Trabalhistas, na Avenida Paulista

Sindpd e CSB mobilizam dirigentes e trabalhadores contra as novas regras do seguro-desemprego

Pelo compromisso de proteger direitos legítimos da classe trabalhadora, movimento sindical luta pela revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram as regras para o acesso aos benefícios de seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte, auxílio-doença e reclusão.

Páginas 3 e 4.

Com VR e PLR consolidados, é hora de avançarmos ainda mais em nossos direitos

Começamos mais um ciclo em busca de novos desafios e de olho no futuro da categoria

Os trabalhadores de Tecnologia da Informação têm muito a comemorar neste início de 2015. Começamos o ano preparados para mais um período de luta. Fomos para a mesa de negociação com a certeza de que não recuaríamos um centímetro em nossos propósitos. Este espírito, o empenho e a determinação permitiram à categoria consolidar aquilo que há anos era um dos principais objetivos dos trabalhadores de TI: VR e PLR para todos.

Com o apoio da categoria, superamos a intransigência da comissão de negociação patronal em alguns momentos da Campanha Salarial e garantimos dois direitos essenciais para o desenvolvimento mais justo das condições de trabalho, bem como para a qualidade de vida dos trabalhadores.

Por meio de acordos feitos com o Sindpd, algumas empresas do setor oferecem patamares ainda maiores nos benefícios do que determina a nossa Convenção Coletiva de Trabalho. Mas é imprescindível termos uma base, com índices e parâmetros mínimos dentro do mercado, para impedir qualquer sinal de exploração de uma parcela da categoria, ou que uma empresa lucre de maneira indevida num processo de licitação, por exemplo – cobrando preços inferiores nos serviços prestados –, uma vez que deixa de pagar algum benefício ao trabalhador. Esta proteção visa proteger o profissional, garantindo-lhe o mínimo necessário.

Conceder vale-refeição e PLR pode parecer algo simples e elementar, mas, diante da resistência atroz do empresariado - que durante anos negava-se a concedê-los para todos os trabalhadores -, foi uma superação importantíssima, que nos dá energia, força e disposição para ampliarmos o valor e as condições destes benefícios, além de avançarmos mais em outras questões da CCT.

Cumprimos mais um compromisso. Novamente um paradigma da categoria foi quebrado, e agora vamos em busca de novos desafios, mantendo os olhos atentos também na preservação das conquistas já obtidas. Este 2015 será de muitos desafios, de trabalho constante em defesa dos trabalhadores, do estímulo

à produção nacional em TI, da manutenção dos empregos e pela valorização dos profissionais. Vamos trabalhar para encaminharmos as ações necessárias à regulamentação da profissão.

Estaremos presentes também, junto ao governo, para debater as questões inerentes ao Marco Civil da Internet, conquista importante para o uso da rede no Brasil, bem como para discutir os assuntos mais específicos sobre o projeto de terceirização, que tanto influencia a realidade de nossa categoria.

Nestes aspectos, teremos ao nosso lado a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), entidade que teve sua representatividade ratificada recentemente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e cujo trabalho de atuação em defesa dos trabalhadores de TI e do conjunto da classe operária sempre teve o respaldo do Sindpd.

Muito trabalho nos espera em 2015. Sabemos que este será um ano de muitas decisões importantes para o País e, principalmente, para a vida dos trabalhadores. E, como sempre, com o apoio da categoria, estaremos à frente dos principais desafios. Sigamos juntos mais uma vez nesta empreitada.

Boa leitura.

Antonio Neto



Pergunte ao Sindpd

Qual é o prazo para homologação de rescisão?



O Sindpd, em acordo com o Seprosp, restabeleceu na Convenção Coletiva de Trabalho de 2015 a Cláusula Vigésima Sétima da Convenção de 2012, que trata do prazo para a homologação das rescisões de contratos de trabalho dos empregados despedidos e que pedem demissão.

O prazo para pagamento das verbas rescisórias é o previsto no artigo 477 da CLT: havendo cumprimento do aviso-prévio, a quitação deve ocorrer no primeiro dia útil subsequente ao último trabalhado; sendo o aviso indenizado, o prazo para pagamento é de até dez dias a partir da data da notificação, não se admitindo aqui o dia seguinte, quando o décimo dia recai em dia não útil.

Se a empresa deixar de pagar as verbas rescisórias no prazo legal, fica sujeita a pagar, na própria homologação, multa no valor do último salário do empregado, em seu favor.

Já a homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) deve obrigatoriamente ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas de quitação das verbas rescisórias de que trata o parágrafo anterior. Não havendo a homologação no prazo, a empresa tem de pagar multa para o funcionário.

Outro prazo importante é o de quitar as ressalvas feitas no TRCT, quando há irregularidades. A empresa que não quitar em até dez dias pode sofrer multa equivalente ao do artigo 477 da CLT.

As empresas devem atentar para estes prazos e, também, para o limite de agendamento da homologação, que é de até cinco dias antes da data pretendida. Não se aceita agendamento de véspera.

O Sindpd passou a adotar o sistema online de agendamento de homologação, disponível no site www.sindpd.org.br, na seção 'Homologação'.

Suas dúvidas e comentários podem estar aqui.
Entre no site do Sindpd e participe: www.sindpd.org.br.

sindpd

Av. Angélica, 35 - Santa Cecília - São Paulo, SP.
CEP: 01227-000 | Fone: (11) 3823-5600



Sindpd:

- **Diretor-presidente:** Antonio Neto
 - **Secretário de Comunicação e Imprensa:** Joel Chnaiderman
 - **Sindpd O Jornal:** Publicação mensal - **Tiragem:** 90.000 exemplares
 - **Jornalista Responsável:** Alessandro Rodrigues - MTb 37.604/SP
 - **Repórteres:** Daiane Cezário - MTb 73036/SP, Luciane Mediato - MTb 64934/SP, Cintia Santiago - MTb 69548/SP e Jessamy Kisber - MTb 62778/SP
 - **Projeto Gráfico:** Paulo Barros Jr. • **Diagramação:** Sergio Mirisola
 - **Revisão:** Sara Santos • **Fotos:** Equipe In Time e Michele Mifano
 - **Edição e Produção Gráfica:** In Time Comunicação
- Tel.: (11) 5080-0670 - www.intimecom.com.br

Endereços:

- **Araçatuba** - R. Campos Sales, 97 - Ed. Campos Sales, 9º andar, sala 94 - Centro - CEP 16010-230 - Tel: (18) 3622-1326
- **Araraquara** - Rua Padre Duarte, 151 - sala 57 - Ed. América - CEP 14800-360 - Tel/Fax: (16) 3331-1454/3335-6955
- **Bauru** - Av. Getúlio Vargas, 21/51 - salas 21/22/23 - Edifício Business Office - Jd. Europa - CEP 17017-383 - Tel/Fax: (14) 3234-4965/3245-7050
- **Campinas** - Av. Francisco Glicério, 1.717 - conj. 71/72 - Centro - CEP 13012-000 - Tel: (19) 3237-1030/Fax: (19) 3233-1112
- **Jundiaí** - Av. Jundiaí, 555 - Anhangabaú - CEP 13208-051 - Tel: (11) 4497-0423/Fax: (11) 4497-0815
- **Presidente Prudente** - Av. Cel. José Soares Marcondes, 871 - sala 112 - Bairro Bosque - CEP 19010-080 - Tel: (18) 3908-3555/3908-8544/Fax: (18) 3908-8549
- **Ribeirão Preto** - R. Cândido Portinari, 75 - CEP 14020-140 - Tel/Fax: (16) 3610-6156/3610-1285
- **Santos** - Av. Ana Costa, 79 - conj. 82 - Vila Mathias - CEP 11060-001 - Tel/Fax: (13) 3235-3707/3223-7105/3223-7202
- **São José dos Campos** - R. Major Vaz, 274 - Vila Adyana - CEP 12243-670 - Tel: (12) 3942-9705/Fax: (12) 3921-6428
- **São José do Rio Preto** - R. Silva Jardim, 2.378 - Boa Vista - CEP 15025-065 - Tel: (17) 3234-2597/Fax: (17) 3222-4515
- **Sorocaba** - R. Sete de Setembro, 287 - salas 91/92 - Centro - CEP 18035-001 - Tel: (15) 3231-4592/Fax (15) 3212-4241



Antonio recebe o certificado de representatividade da CSB das mãos de Manoel Dias, ministro do Trabalho

CSB conquista índice de aferição de 7,43%

Decisão publicada pelo Ministério do Trabalho ratifica o crescimento da Central nos últimos anos; Entidade sempre defendeu as bandeiras do setor de TI

Em janeiro, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) conquistou o índice de 7,43% de representatividade de todos os trabalhadores sindicalizados no Brasil junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A decisão foi publicada pelo MTE no Diário Oficial da União e comprova o crescimento expressivo da Entidade desde a sua fundação.

Com este reconhecimento, a CSB terá assegurada participação como representante do conjunto dos trabalhadores em fóruns, colegiados de órgãos públicos e espaços de diálogo social tripartite que discutam os interesses da classe trabalhadora.

A Central já desempenha este papel graças ao prestígio de sua diretoria e aos ideais de luta pelos trabalhadores brasileiros. Em 2012, Antonio Neto, presidente do Sindpd, foi escolhido para presidir a CSB durante o Congresso Extraordinário, depois de coordenar e comandar todo o processo de construção da Entidade.

O Sindpd tem papel protagonista na condução da Central, apoiando as suas lutas na defesa de um Brasil mais justo. Este apoio passa também pela preocupação que a CSB tem com a Tecnologia da Informação no País. A Entidade sempre se dispôs a ser interlocutora das reivindicações dos profissionais da área, defendendo muitas bandeiras do setor de TI, o que mostra a representatividade que a categoria tem no Brasil.

"A CSB tem tido uma postura firme e independente, ativa e presente nas principais lutas dos sindicatos do País. O reconhecimento é importante, porém, para nós, é o resultado direto do empenho e dedicação dos dirigentes, que superaram as dificuldades para construir uma central nova, que chegou para fortalecer a unidade dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos", disse Neto.

CERTIFICADO

Durante cerimônia realizada em Brasília, a CSB recebeu das mãos do mi-

nistro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o certificado de representatividade junto ao MTE. Participaram do evento o vice-presidente da República, Michel Temer, os ministros da Previdência, Carlos Gabas, dos Portos, Edinho Araújo, além de parlamentares – os deputados federais Baleia Rossi (PMDB-SP), Ezequiel Teixeira (SDD-RJ), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Lincoln Portela (PR-MG), Sérgio Souza (PMDB-PR), Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) –, autoridades ligadas ao Trabalho e toda a Executiva Nacional da Central.

"Acho fundamental que vocês, que são nossos companheiros, estão percebendo a importância desse ato. Quero dizer mais uma vez, nesse momento de festa para a CSB, vamos enaltecer o Brasil dizendo apenas a verdade. Vai indo bem e vai melhor agora que se criou a Central dos Sindicatos Brasileiros", disse Michel Temer durante a cerimônia.

Para o ministro do Trabalho, a CSB é uma central "comprometida com os trabalhadores brasileiros na construção de um País justo, democrático e socialista". "A nossa participação aqui é para cumprir uma tarefa, um dever. O Antonio Neto e todos os seus parceiros e companheiros têm sido importantes na construção deste novo País", destacou Manoel Dias.

"Vamos enaltecer o Brasil dizendo apenas a verdade. Vai indo bem e vai melhor agora que se criou a Central dos Sindicatos Brasileiros."
Michel Temer

Pelos direitos trabalhistas, Sindpd e CSB mobilizam trabalhadores contra as novas regras do seguro-desemprego e abono salarial

Medidas Provisórias anunciadas pelo governo impedem que milhões de trabalhadores acessem direitos já adquiridos



Em reunião com ministros no escritório da Presidência, em São Paulo, os dirigentes cobraram mais diálogo com o governo

O anúncio feito pelo governo sobre as Medidas Provisórias (MPs 664 e 665) – que definem novas regras para o pagamento do seguro-desemprego e abono salarial – pegou todos de surpresa. As medidas restringem o acesso de milhões de trabalhadores aos benefícios e os deixam desprotegidos, além de ferir e diminuir direitos já estabelecidos.

Com o objetivo de lutar pela manutenção destas conquistas, o Sindpd e a CSB, junto com o movimento sindical, participaram de reuniões e manifestações pelo Brasil. Em encontro com os ministros do Trabalho e Emprego, Previdência Social, Planejamento e Secretaria-Geral da Presidência, Antonio Neto e os dirigentes sindicais reivindicaram alterações nas MPs, além da criação de uma comissão tripartite, com a participação das centrais, do governo e do Congresso para analisar o texto das medidas e debater novas estratégias.

DIA NACIONAL DE LUTAS

Em janeiro, as centrais sindicais promoveram manifestações no Brasil inteiro para cobrar do governo as mudanças nas regras do seguro-desemprego e abono salarial. Em São Paulo, o ato se concentrou em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista. A diretoria do Sindpd compareceu

ao evento. Por todo o País, trabalhadores saíram às ruas para reivindicar a manutenção dos direitos e dos empregos.

“Não vamos admitir perda de direitos. Os jovens e as categorias mais sofridas são as que mais pagarão, porque os primeiros empregos e os empregos de baixa qualificação são aqueles que não conseguem atingir 18 meses seguidos para o recebimento do seguro-desemprego”, criticou Antonio Neto, presidente do Sindpd e da CSB.

Neto argumenta que o movimento sindical é a favor do combate às distorções e fraudes, mas sem que os trabalhadores saiam prejudicados. Além disso, para acabar com a rotatividade - um dos argumentos do governo para justificar as novas regras -, é preciso regulamentar a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que acaba com a demissão sem motivo.

“Queremos também dialogar de forma permanente com o governo para que qualquer decisão seja avaliada pelo movimento sindical, que estará sempre em alerta contra qualquer retirada de direito dos trabalhadores”, disse o presidente. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), oito milhões de brasileiros seriam excluídos do

benefício, o que representa 64% do total de desempregados.

As centrais farão uma marcha, no dia 26 de fevereiro, para intensificar e mobilizar a sociedade sobre as bandeiras de lutas dos trabalhadores e do movimento sindical, além de exigir a manutenção dos direitos.

BRASÍLIA

Como parte de sua estratégia de planejamento, a CSB realizou na capital federal a reunião de sua Direção Nacional, que criou as diretrizes para a consolidação e o crescimen-

to da entidade depois de alcançado o índice de representatividade de 7,43%. A entidade estruturou seu cronograma de ações e eventos para 2015, que vão desde cursos de capacitação de dirigentes sindicais e criação das regionais até congressos das diversas categorias profissionais da base da Central.

Além disso, a CSB convocou sua Diretoria Nacional e sindicatos filiados a se mobilizarem em defesa dos direitos trabalhistas e a lutarem contra os avanços e a interferência do mercado financeiro no governo.



Diretoria do Sindpd participou do Dia Nacional de Lutas em São Paulo

Mercado de TIC deve movimentar mais de R\$ 430 bilhões em 2015

Consultoria IDC prevê crescimento de 5% em relação ao ano anterior



A consultoria IDC acaba de tornar pública nova previsão de crescimento para o mercado nacional de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação). De acordo com as estimativas, o setor deverá crescer 5% em relação a 2014 e movimentará cerca de R\$ 430 bilhões. O estudo também sugere as áreas com maior disposição de crescimento, entre elas a IoT (Internet das coisas), impressão 3D, Sistemas Cognitivos, Robótica, Interfaces Neurais e Segurança de Próxima Geração.

Segundo os dados, o Brasil deverá fechar o ano como o sexto mercado mais importante do mundo – para 2014, a expectativa era que o País se consolidasse como o quarto maior. Globalmente, a previsão é de que serão movimentados US\$ 3,8 trilhões. Na América Latina, o crescimento deverá ser de 5,7% no segmento de TI e de 6% em Telecom.

A mobilidade também é destaque no estudo Predictions 2015, que indica que as empresas que

buscam eficiência operacional e redução de custos deverão focar na mobilização de processos, em vez de em quais pessoas devem contar com mobilidade. Segundo Pietro Delai, gerente de pesquisas e consultoria de Enterprise da IDC Brasil, cerca de 20% dos funcionários usam dispositivos corporativos para trabalhar.

Considerando a prática de BYOD (Bring Your Own Device ou 'traga seu próprio dispositivo'), a proporção alcança 33,5% dos empregados. Entretanto, Delai ressalta que as soluções de gerenciamento e controle nas empresas são pouco usadas. "As aplicações, geralmente, são muito simples, a integração com os sistemas é difícil e o investimento acaba sendo alto".

O aumento de investimentos em mobilidade e nuvem acarretará a ampliação do mercado de segurança, já que o corporativo está cada vez mais preocupado em assegurar que seus dispositivos (BYOD ou contratados diretamente) tenham mais

proteção. A adoção de cloud pelas empresas vai impulsionar a demanda por "endpoint security" e, de acordo com as projeções, esse mercado atingirá US\$ 117 milhões no Brasil.

Para o consumidor final, os dispositivos móveis continuarão em alta. De acordo com Reinaldo Sakis, gerente de pesquisas e consultoria de Consumer da IDC Brasil, o varejo seguirá como o principal canal de vendas dessa categoria de produtos, com destaque para lojas específicas de smartphones.

O volume de vendas de computadores, tablets e smartphones, representará cerca de 45% dos investimentos de TI, ou seja, US\$ 27,5 bilhões. Uma nova tendência serão os produtos vestíveis ("wearables"), que deverão se difundir no País com o início de importação e produção em grande escala.

Fonte: Olhar Digital

Lei que desonera dispositivos de fabricação nacional é prorrogada até 2018

Por entender que o desenvolvimento de um país se dá pelo investimento em Tecnologia e Inovação, os smartphones, tablets e computadores de fabricação nacional continuarão beneficiados pela Lei do Bem (11.196/05), graças à sanção da Lei nº 13.097 pela presidenta Dilma Rousseff, que concede a desoneração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – tributos que incidem sobre o faturamento – até 31 de dezembro de 2018.

A prorrogação da vantagem foi uma solicitação da Abinee, instituição que representa a indústria eletroeletrônica nacional.

Estão incluídos na Lei do Bem smartphones com preços inferiores a R\$ 1.500. Ao menos cinco das principais fabricantes presentes no País (Samsung, Motorola, Sony, Nokia e LG) têm aparelhos abrangidos pela lei. Hoje, mais de 130 modelos de smartphones se beneficiam da isenção.

Sindpd conquista VR e PLR para toda a categoria

Durante a 3ª rodada de negociação, Sindicato também garantiu reajuste de 7,8% nos pisos e 7% nos índices



Resultado de intensa participação da categoria, vitória representa importante avanço na Convenção Coletiva dos profissionais de TI

A terceira mesa de negociação para definir os novos parâmetros da Convenção Coletiva de Trabalho 2015 encerrou-se com um expressivo triunfo para os trabalhadores. Após gradual avanço das propostas, a diretoria do Sindpd e a comissão do Seprosp acordaram o reajuste de 7,8% nos pisos salariais e de 7% nos índices gerais, representando um aumento de até 1,57 ponto percentual acima da inflação do período.

O espírito de conciliação também foi expresso na redação das cláusulas de vale-refeição e PLR, direitos que nortearam a

atuação resistente do Sindicato durante a negociação. A partir de agora, o auxílio-refeição será concedido às empresas com mais de 20 funcionários no valor mínimo de R\$ 15 - considerando jornada de oito horas diárias. Apesar do fator de limitação, a revisão da cláusula representa grande avanço para a categoria. Isto porque seis meses após a assinatura da Convenção Coletiva o benefício será obrigatório para empresas com mais de 10 profissionais, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2016 o benefício passa a vigorar para toda a categoria, sem qualquer obstáculo.

A apresentação de programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) passa a ser uma obrigação para todas as empresas, independentemente do volume de funcionários.

Para o presidente do Sindpd, Antonio Neto, o desfecho vitorioso das negociações teve por estímulo a mobilização expressiva da categoria durante o ano de 2014 e a unidade demonstrada na preparação da jornada de 2015.

"Foi um período difícil para os profissionais de TI, um ano de muita luta. A Convenção Coletiva é reflexo indiscu-

tível da disposição dos trabalhadores em 2014, que não hesitaram em participar das assembleias e mantiveram integração ímpar com o Sindicato. Esta é, sem dúvidas, uma significativa vitória para os profissionais de TI do estado de São Paulo. Depois da conquista da redução da jornada, agora quebramos mais um paradigma que vinha gerando distorções para os trabalhadores", ressaltou.



Desde o início da Campanha Salarial 2015, trabalhadores de TI se uniram ao Sindicato pela consolidação dos direitos

O PROGRESSO DAS NEGOCIAÇÕES

A terceira mesa iniciou com contraproposta da comissão patronal, prometendo reajuste de 6,73% para pisos e índices gerais, mas com aplicação aos salários de até 5 mil reais. Utilizando como argumento a necessidade de prudência ante o cenário de instabilidade econômica, o sindicato dos empresários manteve a proposta de vale-refeição de R\$ 15, para jornada de oito horas, às companhias com mais de 25 funcionários. O corte também foi aplicado à PLR, com oferta de obrigatoriedade de apresentação do programa para empresas com mais de cinco trabalhadores.

Para mostrar disposição em firmar acordo, a diretoria do Sindpd insistiu

na aplicação de PLR e vale-refeição para todos. Ante a exigência, o patronal propôs aumento de 7,1% nos pisos e reajuste salarial de 6,9%, sem limitação de teto; vale-refeição no valor de R\$ 15 apenas para expediente de oito horas e aplicado às empresas com mais de 20 funcionários, com redução para 10 empregados em 2016, além de PLR para todos. Com vistas à consolidação dos direitos da categoria, o Sindpd contrapropôs reajuste de 8,3% nos salários-base e 7,8% nos gerais.

Como efeito da tenacidade do Sindicato, a comissão patronal considerou a elevação de 7,8% nos pisos e 7% nos reajustes salariais. A mesma disposição garantiu a oferta de vale-refeição de R\$ 15 (para jornada de oito horas), inicialmente restrita às empresas

“Embora o patronal tenha insistido que o cenário econômico não será favorável, nossa diretoria sempre parte da perspectiva do trabalhador.”
Antonio Neto

com mais de 20 funcionários, com redução do limite para 10 profissionais em janeiro de 2016. No entanto, e para chegar à conciliação, a diretoria do Sindpd foi incisiva ao requerer a extinção do obstáculo em janeiro de 2016, considerando a redução da barreira de profissionais (10) já nos primeiros seis meses após a assinatura da CCT.

“Embora o patronal tenha insistido que o cenário econômico não será favorável, nossa diretoria sempre parte da perspectiva do trabalhador. Esta conciliação foi de fato importante, pois este avanço representou a vitória de todos. O importante é que conseguimos atender ao principal anseio da categoria, que era perenizar os principais benefícios”, avaliou Neto.





Muito além dos Lucros

Vantajosa para empresas e trabalhadores, regulamentação da PLR completou 20 anos; especialista no assunto, a economista Fernanda Della Rosa afirma que os acordos também contribuem para a melhor gestão

Embora já estivesse prevista na Constituição Federal Brasileira desde 1946, a redação acerca do benefício de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) sofreu diversas modificações ao longo de sua história – 77 reedições de Medidas Provisórias – até ser regulamentada nos anos 2000, com a Lei nº 10.101/00. Em que pese seu caráter vantajoso para empresas e funcionários, o programa ainda sofre com a resistência de algumas empresas, mesmo que já se tenha atingido a percepção de que sua implantação tem servido como forte instrumento de gestão, com impactos expressivos na qualidade, produtividade e, por efeito, nos lucros.

Neste ano, pela obstinação dos trabalhadores de TI do estado de São Paulo em consenso com o Sindpd, a categoria conseguiu fixar a obrigatoriedade de apresentação de proposta de PLR para todas as empresas. A conquista, historicamente inviabilizada pela indisposição do sindicato patronal, sempre teve por argumento e meta a valorização dos profissionais, já que o programa permite ao trabalhador ter acesso à fração dos lucros que lhe é devida pelo empenho diário. De acordo com Fernanda Della Rosa, economista, pós-graduada em Administração de Empre-

sas, sócia-proprietária da Della Rosa Consultores Associados e autora do livro Participação nos Lucros ou Resultados – A Grande Vantagem Competitiva, a resistência em aderir aos programas de PLR deve-se à falta de conhecimento por parte dos envolvidos.

“A empresa, geralmente, não está preparada para implantar o programa sozinha. Seguir um modelo básico, obtido com terceiros, pode ser um grande risco. Cada empresa tem o seu acordo de PLR, não existem dois acordos iguais. Assim, oriento que vale a pena a dedicação nesta fase de elaboração, buscando informações e contando com a participação da comissão, inclusive para evitar riscos trabalhistas”, afirma.

Com experiência de mais de 20 anos na elaboração de acordos, Rosa acredita que um modelo ideal deve se basear em regras claras e objetivas, que sejam de conhecimento dos empregados.

“As bases do acordo geralmente são fornecidas pela empresa e, a partir daí, a comissão formada pela empresa, empregados e sindicato da categoria irá negociar cada meta. Elas devem ser desafiadoras, mas factíveis, e devem contribuir para

a melhoria da gestão, com índices de qualidade e produtividade, contando, inclusive, com mecanismos de aferição, periodicidade de distribuição e vigência do acordo”, apontou a especialista.

Outra vantagem da implantação do programa é o incentivo fiscal estabelecido pela Lei nº 10.101/00 às empresas. Segundo a consultora, a norma determina “isenção total de encargos sociais sobre o pagamento, a não incorporação do pagamento às verbas salariais e a dedução do valor pago como despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) para empresas enquadradas no Lucro Real (regime de tributação)”. Privilégio semelhante também recai sobre os próprios funcionários, já que a lei ordena isenção total do Imposto de Renda a quem recebe, por meio de PLR, valores de até seis mil reais, além de oferecer alíquotas vantajosas para participações com importâncias superiores. “Além disso, para o trabalhador, a PLR representa um ganho extra, fruto de sua contribuição para o alcance das metas negociadas. Isto é muito motivador, além de ser lucrativo para ele”, destacou a economista.

Embora a legislação brasileira seja bastante flexível em relação a programas facultativos e obrigatórios de PLR, é possível identificar expressivo avanço ao longo destes 20 anos, especialmente porque o debate passou a integrar a agenda da sociedade.

“O Brasil é o único país da América Latina em que a Participação pode ser sobre os resultados e não exclusivamente sobre os lucros. A flexibilidade da legislação nacional permite que empresas com características diferentes, de setores diversos, com maior ou menor lucro, desenvolvam programas com maior possibilidade de obter sucesso, e beneficiando todos os funcionários”, ressaltou Fernanda Della Rosa.

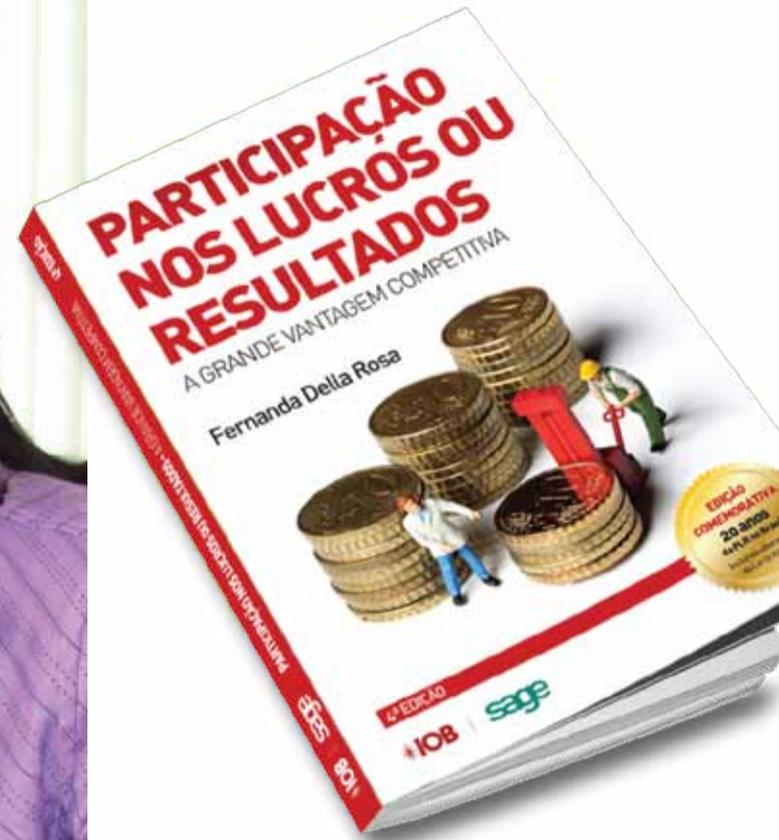
Para a especialista, interessante fator para aumento dos acordos acerca do benefício é a atuação dos sindicatos, que ao longo dos anos se tornaram defensores dos programas de PLR como agentes motivacionais e de valorização.

“O movimento sindical tem grande importância para o crescimento da PLR no Brasil, pois tem condição de promover o avanço da prática, não somente reivindicando, mas, também, esclarecendo e orientando. Nesse sentido, ainda é deficitário o preparo de dirigentes sindicais de alguns setores, sendo que outros já se encontram capacitados, como é o caso do Sindpd”, apontou.

Em apenas dois meses, desde o início de 2015, a diretoria do Sindicato já conseguiu firmar acordos de PLR com mais de 100 empresas que devem beneficiar mais de 18.285 trabalhadores.



Fernanda Della Rosa, economista, pós-graduada em Administração de Empresas, sócia-proprietária da Della Rosa Consultores Associados e autora do livro "Participação nos Lucros ou Resultados – A Grande Vantagem Competitiva"



Dados do Infográfico sobre acordos de PLR realizados pelo Sindpd:

Ano	Nº de empresas	Trabalhadores beneficiados
2014	650	70 mil



Estão abertas as inscrições para aulas de dramaturgia no Teatro Commune

Entre aulas de expressão verbal e corporal, alunos desenvolvem postura de liderança e versatilidade profissional



Ao lado do presidente e do vice-presidente do Sindpd, alunos do curso de teatro oferecido pelo Sindicato comemoram sucesso da primeira apresentação do grupo

Como instrumento de criatividade, desenvoltura, espírito de liderança e trabalho em equipe, o teatro - principalmente para os profissionais de Tecnologia da Informação, que vivem rotinas estressantes e repetitivas - é uma porta para a expressividade.

O projeto cultural do Sindpd é realizado pelo Coletivo Teatral Commune, grupo com 11 anos de experiência e premiado pelo Ministério da Cultura. Com sede na Rua da Consolação, o Teatro Commune vem desenvolvendo, há pouco mais de um ano, aulas para os associados do Sindicato e está com inscrições abertas para a turma de 2015. São 25 vagas disponíveis para o Sindpd.

Com aulas de expressão corporal e improvisação teatral, os trabalhadores de TI treinam novos papéis sociais, adquirindo, desta forma, versatilidade e flexibilidade em suas relações e funções cotidianas. Um dos diferenciais do projeto é que os profissionais aprimoram a forma como se relacionam e desenvolvem seus trabalhos.

Em dezembro de 2014, o grupo composto por sete alunos fez a primeira apresentação com a peça "Cookie! Culler! Squid o seu Rollback..."., que mostrou o working process (processo de trabalho) dos últimos meses de ensaios. Para 2015, o diretor Augusto Marin promete novidades. "Esperamos montar outro espetáculo, um pouco maior, com mais personagens e textos, num segundo estágio do trabalho", disse.

E complementa: "Nosso convite é para que venham conhecer nosso trabalho, sem compromisso, que participem da nossa aula e conheçam um pouco do que é fazer teatro", finaliza.

As aulas, oferecidas para sócios do Sindpd, acontecem todas as terças-feiras, às 19h, e tem duração de um ano. Entre os meses de junho e julho, e novembro e dezembro, os alunos farão uma apresentação final aberta ao público.

"Eu convido vocês a serem felizes, a aprender a se conhecer. Vem brincar com a gente. A hora que você perceber estaremos trabalhando teatro, então vale a pena", convidou a diretora do Sindpd e integrante do grupo Priscila Sena.

"Estou na empresa há nove anos e sempre tive vontade de fazer teatro. Já possuo formação de ator profissional e, quando eu vi a divulgação do grupo, me interessei e comecei a fazer. Eu sinto uma melhora muito grande de vida porque estou mais relaxado, mais tranquilo e mais desinibido", destacou César Serrano, funcionário da Tivit.

Ficou interessado? Então inscreva-se pelos e-mails: priscila.vieira@sindpd.org.br ou marin@commune.com.br, ou compareça à Rua da Consolação, 1.218, de segunda a sexta, das 13h às 19h.

"Eu estava consciente da minha ansiedade, mas não conseguia me portar de forma tranquila. Em uma apresentação, eu falava rápido e gaguejava, quando então fui indicada para fazer o curso de teatro. Vim somente com o interesse de melhorar minha apresentação e controlar a voz. No fim, foi muito divertido!"

Eide Bium (Capitani)

Prodram aprova pauta de Acordo Complementar 2015

Funcionários votaram a favor dos itens apresentados pelo Sindpd, entre eles, auxílio-refeição e assistência médica

Os trabalhadores da Prodram da unidade Francisco Matarazzo estiveram na assembleia de discussão e aprovação da pauta de renovação do Acordo Complementar Coletivo de Trabalho (ACCT) de 2015, que tem o objetivo de alcançar melhorias para os funcionários em assuntos como pagamentos, anuênio, adicional noturno, auxílio-refeição, assistência médica e odontológica, entre outros.

Após alguns questionamentos sobre o ACCT, a pauta de reivindicações foi aprovada por maioria absoluta. Para o vice-presidente do Sindpd, João Antonio Nunes, a Prodram tem um acordo que supera as condições da Convenção Coletiva. "O próximo passo é entregar o documento aprovado nas mãos da diretoria da Prodram para solicitar o agendamento da reunião e, enfim, alinharmos as propostas", afirmou. "Vamos começar 2015 com novas perspectivas", completou.

A Prodram da unidade Pedro de Toledo, igualmente, aprovou a pauta por unanimidade. Também participaram das assembleias os diretores Celso Lopes, Edison Galli e Priscila Sena.



Por maioria absoluta, profissionais da estatal validaram propostas de trabalho para o novo ano

Desoneração da folha de pagamento estimula criação de novos empregos

Estudo aponta crescimento de 17% na oferta de postos em empresas beneficiadas, e alta de 2,9% nas demais

Defendida no Instituto de Estudos Sociais (ISS) de Haia, na Holanda, pelo brasileiro Clóvis Scherer, uma recém-publicada tese de mestrado levanta indícios sobre os efeitos vantajosos da desoneração da folha de pagamento sobre empregos e a remuneração dos trabalhadores nas empresas e setores beneficiados.

Tendo por amostragem 74 mil empresas dos quatro primeiros setores abrangidos pela medida – indústria de couro e calçados, de confecções e de parte do setor têxtil, empresas de call center e serviços de Tecnologia da Informação –, no primeiro ano de vigência da nova regra, o estudo aponta aumento de 17,1% no número médio de empregados em firmas desoneradas, enquanto que as companhias do mesmo setor à margem do benefício registraram alta de 2,9%.

Com o objetivo de avaliar os impactos da medida – que alterou a forma de contribuição patronal de uma parcela de 20% sobre a folha de salários para o percentual entre 1% a 2% do faturamento à Previdência – sobre o mercado, Scherer esta-

beleceu um comparativo baseado em três eixos: emprego, horas trabalhadas e salário real em empresas do mesmo setor, separando as beneficiadas pela desoneração (tributação pelo lucro real ou presumido com até 50 empregados) e as não beneficiadas (recolhem pelo Simples). A base foi a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2011 e 2012, e foram mantidas na amostra apenas as empresas com dados nos dois anos.

Nos quatro setores analisados, o total de vínculos formais de trabalho passou de 779,3 mil, em 2011, para 827,7 mil, em 2012. De 48,4 mil novos vínculos empregatícios, 31,2% (ou 64% do total) foram gerados em companhias sob o regime tributário alcançado pela desoneração. Na análise, além do índice de emprego ter avançado, o desempenho das horas trabalhadas (9,6% a mais) e do salário real (2,3% a mais) também foram melhores nas empresas beneficiadas.

Scherer, que trabalha como economista no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), defende a manuten-

ção da regra com o aprofundamento de estudos e avaliações sobre seu real impacto macroeconômico, social e fiscal. Para ele, o valor da renúncia fiscal apontado pela Receita (3,6 bilhões em 2012 e 21,6 bilhões em 2014) pode ser impreciso. "Se a desoneração realmente criou empregos, qual teria sido a arrecadação da Previdência se não houvesse a desoneração? questiona. "O valor", diz, talvez seja menor.

Com informações do Valor Econômico



Marco Civil e proteção de dados pessoais serão debatidos pela sociedade

Ministério da Justiça coloca Twitter e Facebook como canais auxiliares das discussões

O governo federal abriu dois debates públicos no dia 28 de janeiro: um sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet e outro em relação ao anteprojeto de Lei para Proteção de Dados Pessoais. Esta é a primeira vez que um decreto presidencial será formulado a partir de contribuições públicas.

Em 2014, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff. Apesar de a lei já ter entrado em vigor, alguns pontos precisam ser regulamentados.

O Ministério da Justiça considera fundamental ter um marco legal de proteção de dados no Brasil baseado no consentimento e no uso legítimo desses dados, ferramentas de exercício de direitos e padrões mínimos de segurança e privacidade para o cidadão. Atualmente, mais de 100 países já possuem leis de proteção de dados pessoais.

As redes sociais Twitter e Facebook serão canais auxiliares das discussões nas redes sociais. O objetivo da consulta pública é agregar contribuições de forma democrática e participativa. Já existem dois endereços criados pelo Ministério da Justiça para o início do debate sobre esses temas: [Twitter.com/dadospessoais](https://twitter.com/dadospessoais) - [Facebook.com/Debate-Publico-Protecao-de-Dados-Pessoais](https://facebook.com/Debate-Publico-Protecao-de-Dados-Pessoais) - [Twitter.com/marcocivil](https://twitter.com/marcocivil) - [Facebook.com/marcocivildainernet](https://facebook.com/marcocivildainernet).

Com informações do Ministério da Justiça.



TST reafirma súmula contra terceirização de atividade-fim

Intenção é preservar os princípios constitucionais do valor social do trabalho

A terceirização é cada vez mais utilizada pelas empresas e, para que esta forma de contratação de serviços não prejudique as relações de trabalho e proteja os empregados, é necessário o cumprimento de regras essenciais. Em busca do cumprimento de tais regras, o Tribunal Superior do Trabalho está agindo, por meio da criação da Súmula 331, contra a contratação terceirizada da atividade-fim - que é a atividade que identifica a área de atuação e objetivo de criação de uma empresa.

O presidente do TST, ministro Antonio José de Barros Levenhagen, reiterou que o objetivo da Corte, ao criar a Súmula, foi preservar os princípios constitucionais do valor social do trabalho e da isonomia laboral. Levenhagen destaca que o documento assegurou "igualdade de condições de trabalho e de salários" entre os trabalhadores dentro das empresas.

Para Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a posição do ministro - corroborada pela Procuradoria Geral da República, que já classificou como fraude a terceirização de atividades-fim - fortalece as perspectivas de

manutenção da Súmula 331. "O risco diminuiu com as articulações das entidades sindicais", avalia o diretor. "A reação das entidades, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, foi determinante para anular aquela tendência inicial favorável à empresa. As perspectivas, agora, são maiores de uma vitória do sindicalismo", acredita.

Com informações do Repórter Sindical.



Assédio Moral atinge 50% dos trabalhadores brasileiros

Funcionários de TI que fazem a denúncia ao Sindpd têm o respaldo dos advogados do Sindicato



Durante palestra, Roberto Heloani expôs em números a cruel realidade do trabalhador vítima de assédio moral

Sentimento de humilhação, inferioridade, tristeza e desmotivação. Quando a ida ao trabalho se torna um martírio por conta da exposição do trabalhador a situações constrangedoras, de forma repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho, a desestabilização leva à conseqüente desistência do emprego.

Os casos de assédio têm aumentado não só no Brasil, mas no mundo. Nos Estados Unidos, o bullying no ambiente de trabalho é praticado majoritariamente pelos chefes e afeta 69% dos homens e 60% das mulheres em um número equivalente a 65 milhões de trabalhadores, de acordo com o Workplace Bullying Institute (WBI, em tradução livre, Instituto de Bullying no Trabalho).

No Brasil, os casos de assédio entre os anos de 2013 e 2014 aumentaram cerca de 30%, segundo números em processos do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Aproximadamente 50% dos trabalhadores já sofreram algum tipo de assédio moral no emprego, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que afirma que o problema é grave no País e representa risco para a saúde pública.

As principais doenças desencadeadas pelo trabalhador são: depressão, palpitações, tremores, distúrbios do sono, hipertensão, distúrbios digestivos, dores generalizadas, alteração da libido e pensamentos ou tentativas de suicídios que configuram um cotidiano sofrido. Estatísticas globais divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que na região metropolitana de São Paulo, em 2009, 44,8% dos trabalhadores já apresentaram algum transtorno mental. Isto corresponde a mais de 8,5 milhões de pessoas entre São Paulo e mais 38 municípios paulistas.

O psicólogo José Roberto Heloani, que participou do Seminário de Pauta do Sindpd em novembro de 2014, deixa bem claro que o assédio moral leva o trabalhador aos casos mais severos de depressão. "Primeiro o assediador isola a pessoa. O isolamento é a tática mais utilizada nas organizações públicas e privadas para que o assediado não saiba o que acontece e sintase fragilizado", afirmou.

"Apesar de sua gravidade, o assédio moral não é crime, é um ilícito. [...] A pessoa que sofreu esse tipo de violência tem o direito ao recebimento de todas as verbas trabalhistas."

José Roberto Heloani

A LEI PROTEGE O TRABALHADOR

"A prática [do assédio moral] se encontra cada vez mais presente no cotidiano dos trabalhadores de TI e atualmente, em razão da divulgação, sua expressão já é mais conhecida, porém a maioria dos empregados se sente ameaçada e desencorajada a procurar seus sindicatos e o judiciário", salienta Heloani.

De acordo com o especialista, humilhação, cobrança de metas e falta de reconhecimento são as principais queixas dos trabalhadores, situações de um processo destruidor que pode levar a vítima a uma incapacidade permanente e mesmo à morte.

Perante a lei, o assediador poderá responder na esfera penal, com condenação por crimes de injúria, difamação, ameaça e constrangimento; na trabalhista, com dispensa por justa causa (artigo 482 da CLT), e ainda por mau comportamento e ato lesivo à honra e à boa fama de pessoas; e, menos comum, na cível, movida pelo empregador que for condenado na Justiça do Trabalho ao pagamento de indenização por danos morais, em conseqüência dos atos ilícitos cometidos pela pessoa do empregado assediador.

Atualmente, a Justiça não sabe ao certo quantos casos estão em andamento em âmbito nacional. No entanto, algumas categorias possuem dados mais confiáveis – como a dos bancários –, cujas pesquisas indicam que 66% destes profissionais já sofreram assédio moral.

DENUNCIE

Para a vítima do assédio, o Ministério Público do Trabalho (MPT) indica a necessidade de resistir e anotar, com detalhes, todas as humilhações sofridas: dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do agressor, colegas que testemunharam os fatos, conteúdo das conversas e o que mais achar necessário.

A denúncia tem como resultado o reparo dos danos morais sofridos, além de combater o comportamento do agressor, prevenir que outras pessoas sofram o mesmo assédio e, principalmente, contribuir para uma relação mais colaborativa e saudável no ambiente de trabalho. O trabalhador de TI pode fazer a denúncia no próprio Sindpd, onde os diretores e os advogados estão à disposição para atender e encaminhar o processo para o Ministério do Trabalho e Emprego, se necessário.

Parceria do Sindpd com o INSS beneficia trabalhadores de TI

Com atendimento previdenciário, Sindicato facilita acesso à aposentadoria



Um serviço notável para uma das fases mais importantes da vida. É assim que pode ser definido o atendimento prestado pelo Sindpd aos associados que procuram consultoria à aposentadoria. Há pouco mais de dois anos, o Sindicato mantém convênio com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para garantir acesso ao benefício previdenciário de maneira ágil e gratuita, por meio do Departamento dos Aposentados.

Embora o próprio associado possa dar entrada ao pedido de aposentadoria – que pode ser por tempo de contribuição, por idade, ou mesmo em casos especiais (benefício concedido ao segurado cujo ofício causava implicações à saúde ou integridade física) –, a parceria do Sindpd com o INSS oferece vantagens ao profissional de TI que vão desde o levantamento do histórico de contribuições à análise das vantagens da aposentadoria.

A crescente procura por este serviço encontra justificativa na agilidade do atendimento, bem como

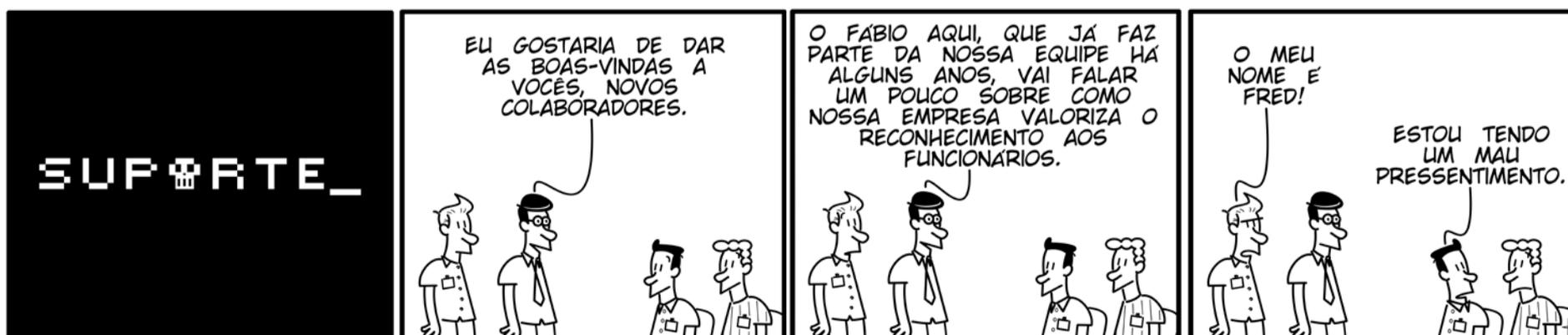
no compromisso com que o Sindicato exerce mesmo nos casos mais complexos, como o do engenheiro eletrônico Claus Heylmann. Funcionário da HP Brasil há mais de 36 anos, Heylmann confessou certo descrédito quando da necessidade de buscar o auxílio para sua aposentadoria. “Quando me decidi a utilizar este serviço disponibilizado pelo Sindpd, realmente não tinha ideia de quão rápido e prático seria. Se fizesse tudo sozinho, com certeza não estaria aposentado”, disse.

De acordo com o profissional, seu caso foi mais complexo porque ao longo dos 36 anos de contribuição a HP mudou sua razão social por diversas vezes – fator que motivou certa bagunça na base de dados do INSS, mas não atenuou o compromisso do Sindicato. “Saiu a imagem de que um sindicato é um “mal necessário”, que as empresas veem com maus olhos e os funcionários reclamam quando dos descontos na folha de pagamento. No meu caso, mais do que compensei contribuir ao longos destes anos, pois temos que pensar que

existe toda uma infraestrutura com profissionais dedicados, e isto tem um custo. Em função desta minha experiência, acabei de sugerir a outras pessoas na empresa que não vale a pena se opor ao pagamento da taxa sindical. No fim compensa e muito”, ponderou.

Além dos serviços de assessoria à aposentadoria, o Sindpd também realiza atendimento aos pedidos de auxílio-reclusão (pago aos dependentes de trabalhadores aprisionados sob regime fechado ou semiaberto) e pensão em caso de morte previdenciária (quando o falecido já estava aposentado ou reunia condições para solicitar o benefício) ou acidentária (motivado por acidente de trabalho).

Para mais informações, entre em contato por meio do telefone 3823-5600 ou, ainda, utilize o e-mail nivan.gomes@sindpd.org.br.



vidadesuporte.com.br



Iniciativa estimula a preservação e valorização de uma importante raiz da música brasileira

Trio Cambuci anima os paulistanos no projeto “No Clima do Choro”

Primeiro show aconteceu no Parque da Aclimação; CSB apoia a iniciativa, que contará com mais 14 apresentações

O Parque da Aclimação, tradicional recanto de lazer dos paulistanos, foi palco do primeiro show do projeto No Clima do Choro. A inauguração foi feita pelo Trio Cambuci, com participação especial do cantor Celso Miguel. Realizado pela Subprefeitura da Sé, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, a iniciativa tem o apoio cultural da CSB.

Arthur Bernardo (pandeiro), Stanley Carvalho (clarinete) e Cidão (violão de 7 cordas) entraram em cena reunindo quem passeava ou se exercitava no parque. Noites Cariocas, de Jacob do Bandolim; Carinhoso, de Pixinguinha; Tico Tico no Fubá, de Zequinha de Abreu, e Brasileirinho, de Waldir Azevedo, fizeram o público lembrar os clássicos da música brasileira.

Em Viva Meu Samba, de Billy Blanco, a plateia acompanhou o grupo cantando a letra da canção. Dona Elza Ribeiro, aposentada que mora na Aclimação há mais de 20 anos, dançava animada. Ela conta que faz caminhadas no parque quase todos os dias e adora as apresentações ao ar livre.

“Essas músicas me fazem recordar um tempo muito bom da minha vida. Nunca tinha visto um grupo de chorinho, assim, ao vivo. Ganhei meu sábado”, disse enquanto acompanhava a letra de Carinhoso.

CHORINHO VIVE

O Trio Cambuci foi criado há um ano e é formado por músicos da região do Cambuci, tradicional bairro da Zona Sul de São Paulo.

Stanley Carvalho diz que projetos como o No Clima do Choro ajudam na preservação da cultura nacional, já que, segundo ele, a música eletrônica internacional vem consumindo um espaço que é dos brasileiros. “Estes projetos que focalizam diretamente o choro são de extrema importância para que não deixemos o estilo morrer”, afirma.

O músico contou durante o show que Pixinguinha introduziu o pandeiro no choro, fator determinante para a transformação do gênero em estilo musical. “Antes, o chorinho era apenas um jeito diferente de tocar outras músicas”, completou.

Para Arthur Bernardo, o Brasil precisa dar ao choro o mesmo valor que os Estados Unidos dão ao jazz. “O choro é uma raiz da música brasileira. Todos os músicos pesquisam sobre o estilo. Um novo espaço é importante para divulgar, e isso ajuda a preservar nossa cultura e os músicos”, contou.

Segundo o violonista Cidão, a divulgação é, sim, a questão fundamental para a manutenção do chorinho como patrimônio cultural brasileiro. “O choro era tocado antigamente para as pessoas mais velhas. Hoje o pessoal mais jovem também passou a curtir e escutar mais chorinho. É muito bom para resgatar este estilo, que será eterno com certeza”, afirmou.

O projeto No Clima do Choro prevê mais 14 apresentações musicais com grupos distintos, explorando a diversidade do estilo. Os shows da 1ª temporada acontecem todos os sábados, a partir das 11h, até o dia 14 de março de 2015, no Parque da Aclimação em São Paulo.

Regional do Sindpd em Araraquara realiza “3ª Campanha Volta às Aulas Solidária”

Doações de material escolar devem ser feitas até 28 de fevereiro

A regional do Sindpd em Araraquara abriu a temporada de doações de 2015 com a 3ª edição da Campanha Volta às Aulas Solidária. Com a arrecadação de materiais escolares, a regional pretende auxiliar os estudos das crianças atendidas pela Casa Mater.

Além de beneficiar 100 crianças até 6 anos assistidas pela instituição, as doações também serão estendidas para os irmãos e pessoas próximas

que necessitam de ajuda para adquirir material de estudos.

Para contribuir com a campanha, basta doar qualquer tipo de material escolar, novo ou em bom estado, como lápis, giz de cera, papel sulfite, livro, borracha, caneta, régua, caderno, mochila e uniforme. Os itens podem ser entregues na recepção da regional em Araraquara - Rua Padre Duarte, 151 - Sala 57 - até o dia 28 de fevereiro, das 9h às 17h.



A dynamic photograph of futsal players in an indoor arena. The central focus is a player in a white jersey and light blue shorts, captured mid-air as he kicks a soccer ball. Other players in dark jerseys are visible in the background, some in motion. The arena has a blue floor and a high, arched ceiling with bright lights.

PREPARE SEU UNIFORME

Vem aí...

23° Campeonato de Futsal do Sindpd

INSCRIÇÕES A PARTIR DE
2 DE MARÇO



365 dias de muita diversão!

No Sindpd, você e sua família podem aproveitar condições exclusivas nos principais parques temáticos de São Paulo

Poucas coisas são mais gratificantes para um trabalhador do que poder aproveitar os momentos de lazer junto com a família. Por isso, o Sindpd mantém parcerias com os principais parques temáticos do estado, com descontos de até 50% para sócios e seus dependentes. Afinal, também é compromisso do Sindicato zelar pelo bem-estar do profissional de TI.

Para quem quer aproveitar o sol, os parques aquáticos **Thermas dos Laranjais** (Olimpia), **Magic Gardens** (Ribeirão Preto), **Wet'n Wild** (Itupeva) e **Cidade das Crianças** (Presidente Prudente) são excelentes alternativas.

Já aqueles que buscam diversão para todas as idades podem aproveitar o **Aquário de São Paulo**, considerado o maior da América Latina, ou os parques temáticos **Mundo da Xuxa**, **Hopi Hari** e **Cidade da Criança** (São Bernardo do Campo).

Veja no site do Sindpd a relação completa de atrações e descontos.

www.sindpd.org.br

